

O Ensino Superior na Europa, uma perspetiva comparada

Pedro Teixeira (CIPES) & Cláudia Sarrico (OCDE)

Convenção Nacional do Ensino Superior 2030

O ENSINO SUPERIOR E A QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES: O que falta fazer?

Lisboa, 7 de Janeiro de 2019

O ensino superior ganhou uma relevância nunca antes alcançada, sendo hoje o depositário de múltiplas e diversas expectativas individuais e coletivas. Deste modo, uma das marcas fundamentais das sociedades contemporâneas é a sua relação próxima e crescente com o conhecimento e a formação, na qual assumiu crescente visibilidade, nas últimas décadas, a expansão da escolarização de nível superior. Esta expansão dos sistemas de ensino superior teve subjacente uma promessa de crescimento da riqueza, mas também uma melhor forma de distribuição dessa riqueza. As preocupações com a equidade relacionaram-se de modo particular com a visão de que essa riqueza fosse distribuída de um modo tendencialmente mais meritocrático, em que as oportunidades de cada indivíduo não estivessem tão determinadas pelo seu ponto de partida na estrutura económico-social. Assim, aos sistemas de ensino superior pediu-se, cada vez mais, que justificassem a sua relevância económico-social, nomeadamente em termos do seu contributo para o progresso económico, para várias dimensões de desenvolvimento societal e para uma maior inclusão e mobilidade sociais. Ainda que os resultados nem sempre tenham correspondido às elevadas expectativas, a evidência empírica e a pressão social e política demonstram que os benefícios económicos e sociais do ensino superior são significativos e diversificados.

A expansão do acesso ao ensino superior e o aumento de qualificações trouxeram novos desafios, além das questões estruturais insuficientemente resolvidas. Entre esses desafios destacam-se aspetos como a qualidade, a relevância, a equidade e a sustentabilidade financeira dos sistemas de ensino superior. Em muitos países, o debate moveu-se numa discussão acerca do número de inscritos ou diplomados para uma preocupação acerca dos resultados de aprendizagem, a eficiência formativa, e o reconhecimento económico e social das formações oferecidas pelas instituições de ensino superior. Por outro lado, o crescimento do custo total, seja pela expansão do número de estudantes e de instituições, seja pelas maiores exigências em termos de qualidade das formações, colocou desafios importantes quanto ao volume de recursos necessários para sustentar os sistemas de ensino superior de massas.

A experiência de Portugal apresenta e acompanha algumas destas tendências, embora apresentando relevantes especificidades. Apesar de um desenvolvimento tardio, e por vezes bastante desordenado, pode-se afirmar que o sistema de ensino superior contribuiu de forma importante e positiva para o desenvolvimento económico e social português das

últimas décadas. A forte expansão do sistema deu melhores oportunidades profissionais e financeiras a grupos tradicionalmente mais desfavorecidos. As mudanças foram particularmente significativas ao nível das oportunidades das mulheres, dos habitantes das regiões mais periféricas e daqueles oriundos de famílias com menor capital cultural e económico. Além disso, e apesar da forte e rápida expansão do sistema de ensino superior, os diplomados continuaram a beneficiar de múltiplas formas, quando comparado com aqueles menos qualificados, seja ao nível da empregabilidade, seja ao nível dos níveis salariais. Todavia, as vantagens verificam-se também em dimensões muitas vezes ignoradas como em aspectos como a saúde, a participação cívica e política, ou nos níveis de auto-confiança e de autonomia profissional.

No entanto, apesar destes efeitos positivos, esta evolução não se fez sem problemas. Assim, persistem níveis de qualificação baixos, mesmo entre a população de jovens adultos, tendo o sistema privilegiado o acesso de estudantes mais jovens, na continuidade da conclusão do secundário, e com baixa capacidade para atrair estudantes mais velhos, estudantes a tempo parcial e estudantes oriundos de grupos sócio-económicos sub-representados no ensino superior. O esforço que foi feito não nos permitiu recuperar uma grande parte do nosso atraso de qualificação da população, em particular da mão-de-obra ativa, a qual continua a apresentar níveis extremamente baixos de formação, sobretudo para os estratos etários mais elevados. Estas insuficiências poderão também estar associadas a uma escassa diferenciação da oferta formativa, seja ao nível da duração, seja nos conteúdos, seja ainda nos métodos de ensino e de aprendizagem. Por outro lado, a expansão do sistema e do número de diplomados trouxe também uma diferenciação visível nas vantagens associadas à formação superior, reforçando a necessidade de escolhas individuais e coletivas mais criteriosas quanto à qualidade e relevância das formações e das aprendizagens.

Por outro lado, sobretudo ao longo da última década, o crescimento do sistema não foi acompanhado dum dotação de recursos ajustada às necessidades. Assim, Portugal apresenta níveis de financiamento público, nomeadamente quando medidos por estudante, bastante abaixo dos observados para a maioria dos países europeus. Ainda que este défice tenha sido parcialmente compensado por um esforço das famílias, bem acima, em termos relativos, do observado noutros países europeus, persiste uma situação de sub-financiamento que contrasta com outros países e até com o observado noutros níveis de educação.

Portugal percorreu em muito pouco tempo um caminho significativo na qualificação superior das suas gerações mais jovens. No entanto, os últimos anos parecem caracterizar-se por um esmorecer desse esforço, o qual é duplamente preocupante. Por um lado, porque muito há ainda a fazer na melhoria das qualificações da população portuguesa. Por outro lado, porque os países mais avançados não pararam e prosseguem esforços de qualificação diversificada da sua população. O retomar desse esforço exige um compromisso nacional que mobilize o país para uma agenda de longo prazo para o ensino superior. Essa agenda deverá centrar-se em potenciar os benefícios individuais e sociais do ensino superior para

um leque tão alargado quanto possível de públicos, desejavelmente através duma maior diversificação de formações e de públicos. Esse esforço carece dum reforço dos recursos financeiros alocados ao ensino superior, que permita mais qualificação com qualidade, acompanhando com rigor os resultados desse esforço.

A alternativa duma expansão a baixo custo poderá criar uma aparência de mais qualificação, mas, traduzir-se-á numa erosão da qualidade e relevância das aprendizagens e na reprodução das desigualdades em que os mais favorecidos conseguirão obter formações de qualidade, enquanto que os outros ficarão fora do sistema ou terão acesso a formações de menor qualidade, com impacto nos benefícios e defraudando os seus esforços e as suas expectativas. Sabemos que não são escolhas fáceis, nem compatíveis com compromissos efémeros, mas são fundamentais para o futuro de muitos e para o nosso futuro enquanto país mais próspero, menos desigual e mais coeso.